

	Autor (a)	Proposta
1	<p><b>Thaline Nunes</b> CPM Perus / Anhanguera</p>	<p>Cita que na apresentação do diagnóstico verificou a grande articulação feita sobre os instrumentos de Estruturação Urbana nas regiões mais centrais como Operações Urbanas Consorciadas, entre outras iniciativas de ocupação. Entretanto, para as regiões periféricas não ouviu nenhuma pauta nesse sentido, o que a assusta muito após esse período de pandemia, em que essas áreas tiveram um grande crescimento, e ano a ano essa situação vem se agravando sem nenhuma iniciativa por parte da Secretaria do Verde ou da Secretaria de Habitação.</p> <p>Acredita que isto ocorreu em virtude da falta de participação do Conselho nesse processo de revisão do PDE, e questiona se ainda está em tempo de mitigar isso enviando novas propostas até segunda-feira (24/10/2022).</p>
2	<p><b>Denise Delfim</b> CPM Vila Mariana</p>	<p>Comenta que participou em 2014 da elaboração do atual PDE, especialmente nos Planos Regionais que se encontram no site da Prefeitura, mas que infelizmente até hoje não foram implementados, embora esteja contido nos temas da apresentação feita no início da reunião.</p> <p>Com relação ao impacto ambiental também deixou muito a desejar dentro dos Eixos de Estruturação, haja vista que está acabando com parte da Vila Mariana, especialmente na região em que estão as nascentes que alimentam os rios do Parque Ibirapuera. Além do fato que as construturas estão destruindo ruas inteiras - que possuíam casinhas dos anos 1920, sem o mínimo de infraestrutura. Inclusive, tiveram um grande problema na rua que passa o Córreo do Sapateiro, pois a rua esta afundando e a água está brotando do asfalto, o que já vem sendo falado há muito tempo.</p> <p>Identifica que o adensamento dos eixos está dentro da lei e a população fica sem voz para reclamar, por isso propõe que esse ponto precisa urgentemente ser revisto, especialmente em áreas como essa que tem muita água, o problema não é apenas o rio canalizado, quem conhece sabe, que embaixo do asfalto tem nascentes, tem lençol freático, e os asfalto está afundando, o que é muito perigoso.</p>

3	<p><b>Carlos Lima</b> CPM Perus / Anhanguera</p>	<p>Reforça o que foi dito pela Thaline sobre as zonas periféricas, pois a região que eles representam é muito complicada com relação a vários temas, como proteção ambiental, mananciais, dentre outros que dificultam certas questões e favorecem outras. Pelo exemplo do Censo 2010, a região teve um crescimento médio de 6% e a cidade de São Paulo como um todo de 0,75%. Frente a isso, fizeram duas propostas na Audiência do Orçamento Cidadão solicitando novos eixos, em virtude do estrangulamento já presente sem estrutura de habitação, saúde, assistência social... O Plano Regional, praticamente não foi executado na região.</p> <p>Preocupa-se com duas propostas de eixo referente à Marginal Tietê e a Via Anhanguera, que é outro problema, uma vez que estão cercados por três rodovias cedidas a CCR. Os problemas enfrentados pelos moradores acabam não sendo tratados, pois a CCR alega que não está no contrato de concessão, e a Prefeitura diz que não pode fazer nada dentro dos limites da área concedida.</p> <p>Afirmam que ouviu que a Prefeitura fará tudo o que está dentro dessa nova revisão do PDE, e isso o preocupa, pois há um bairro na região que cresceu 60%, e questiona, como poderão ampliar a área do viário para que todos as pessoas que residem ali possam circular, seja nos bairros vizinho, ou fazendo uma radial que os conectem com outras áreas da cidade. Pergunta se há essa concessão e, em virtude disso, ficam isolados nessa parte noroeste do território municipal, precisando pagar pedágio para irem até o Centro, o que entende ser ilegal.</p> <p>Fala sobre a quantidade crescente de lixo depositados pela região e finaliza questionando como pode fazer uma proposta para haver uma ampliação e conexão das vias da região como o restante do município.</p>
4	<p><b>Graziele Spezzato</b> CPU Sapopemba</p>	<p>Diz que sua maior preocupação como mãe, pedagoga e neuroeducadora é a questão cultural e educacional da primeira infância no Bairro de Sapopemba, tendo em vista que a taxa de natalidade da região triplicou, e acredita ser necessário investir no conhecimento e desenvolvimento dessas crianças para no futuro, termos bons cidadãos. Ressalta que na região eles não possuem CEI.</p>

5	<b>Fabio Benini</b> CPM Sé	<p>Inicia fazendo uma primeira proposta para viabilizar o monitoramento e garantia da participação social, por meio dos CPMs na elaboração de Planos de Bairro, que é previsto no art. 347, Seção 3, Capítulo V, Título IV do Plano Diretor Estratégico, mas que não há indicação do responsável no Poder Público pela implantação do Plano de Bairro. Sugere como solução, a reestruturação da Supervisão e dos Núcleos de Planejamento Urbano das Subprefeituras e envolver os CPMs correspondentes a elas na elaboração, apoiados pela SMUL/ Planurb. E, com base nos planos desenvolvidos, criar-se uma metodologia de trabalho, juntamente com Planurb e Subprefeituras. Inclusive, pondendo ficar a cargo dos Conselhos Participativos indicarem por quais bairros as Subprefeituras devam iniciar seus planos, votar a priorização com base na demanda da região entre organizações, associações de bairro, conselhos, enfim, a própria população. Dessa forma, os CPMs conseguiriam montar metas anuais ou bienais para produção desses Planos de Bairro, tendo vista as informações aglutinadas nas etapas convencionadas por Planurb com Supervisão da Subprefeitura, sendo realizada inclusive com mandato se for o caso, assim como se faz com a Lei Orçamentária Anual.</p> <p>Sua segunda é referente ao art. 134 do PDE, com relação aos PIUs, e os instrumentos urbanísticos que viabilizam sua implementação. Na subseção III, art. 144, §7º estabelece que: “Com base em autorização legislativa específica, poderá ser realizada concessão para implantar Projeto de Intervenção Urbana elaborado pelo Poder Público, consideradas as diretrizes do Plano Diretor Estratégico. (...)”</p> <p>“§ 7º Deverá ser constituído Conselho Gestor próprio, paritário, com representantes do Poder Público e da sociedade civil para controle social e acompanhamento contínuo de cada concessão urbanística.”</p> <p>Após a leitura, ele destaca que já existem inúmeras intervenções urbanísticas no município, mas não foram criados Conselhos Gestores das Áreas de Intervenção Urbana, e nem se quer foram criados Conselhos Gestores das Concessões, que está expresso em lei, com excessão da área de estruturação local, lá mencionada nos Planos Regionais, todas as demais intervenções urbanísticas, Concessão Urbanística, AIU, Operação Urbana, deve contê-los.</p> <p>Sendo assim, propõe que seja definido no PDE um órgão responsável pela implantação e execução das atribuições desses Conselhos Gestores, para que haja previsão legal que torne o PDE aplicável,</p>
---	-------------------------------	--

garantindo uma gestão democrática amplamente qualificada, como uma das diretrizes a serem resguardadas em consonância com as demais legislações vigentes que tratam do mesmo Direito.

Por fim, sua última proposta refere-se a uma diretriz do Plano Diretor, que é aproximar o local de moradia ao local de trabalho, haja vista que a questão de mobilidade é sempre um tema muito sensível, na medida em que o tráfego vai se tornando caótico na cidade. Dentro dessa narrativa, é sem dúvida uma das prioridades na revisão do PDE, contudo o mercado imobiliário e a construção civil interpretou essa diretriz de uma maneira completamente equivocada ou minimamente desequilibrada, concentrando seus empreendimentos no centro expandido, com a justificativa de aumentar mais a oferta de trabalho, ao passo que o adensamento incentivado, supostamente no local com melhor infraestrutura deveria gerar tal aproximação. Proliferar imóveis não residenciais procurando se utilizar de zoneamento de corredores, grande parte lindeiro as áreas restritivamente residenciais, que são apenas 6% do território. Logo, esse desvio de finalidade zoneamento de corredores, chegou ao ponto de termos a incompatibilidade no padrão de incomodidade, em zonas tão díspares, aonde se criou o movimento contrário, com uma valorização desses territórios em um momento em que há evasão na oferta de moradia próximas aos corredores de transporte e aos eixos - que se tornaram altamente rentáveis ao setor imobiliário e à construção civil, incentivando cada vez mais esse processo de gentrificação.

Para finalizar propõe corrigir isso seguindo a própria diretriz do Plano Diretor Estratégico, mas em direção oposta, complementando a infraestrutura urbana nas áreas já adensadas e periféricas, como foi mencionado pelo Conselheiro Carlos Lima do CPM de Perus e estimular políticas urbanas para que os investimentos através de obras estruturais atinjam áreas carentes ou menos desenvolvidas no território ao invés de levar local de moradia ao trabalho, incentivar que os postos de trabalho migrem para próximo às áreas mais adensadas existentes com moradia com baixo custo de aquisição.

6	<b>Laurita Ricardo de Salles</b> CPM Pinheiros	<p>Inicia questionando sobre as microzonas, pois já estão fazendo um detalhamento maior sobre o primeiro material que entregaram com as propostas que elaboraram. Ao que entenderam a SMUL aceitou o diagnóstico do que se refere o art. 77, do Capítulo II - Da Regulação do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e da Paisagem Urbana, Seção VIII, em que fala sobre a possibilidade de alteração na normativa atual do PDE, para a exclusão de quadras ou imóveis considerados de interesse de preservação cultural ou ambiental. Nesse sentido irão encaminhar novamente os estudos que fizeram - e com maior detalhamento, para subsídio desses estudos. Pergunta se e esses estudos já irão permitir que SMUL incluísse essas propostas na minuta do Projeto de Lei modificando ZEU para ZPR em vários lugares como no Quadrilátero do Sol e etc, e outras áreas de outros zoneamentos também. Caso possível, também pergunta como isso será feito, como esses estudos são feitos e como será colocado na minuta de projeto de lei.</p> <p>A segunda questão é com relação à habitação popular. No relatório devolutivo de escopo, a SMUL aponta avaliar as áreas de ZEIS, pois nós temos um endereço determinado na região que está ocupado há anos, inclusive com direito a usucapião. Entendemos e consideramos importante ser considerado dentro do escopo.</p> <p>Também solicita Planos de Bairro. Da mesma maneira que o colega falou anteriormente, que não fica claro no PDE como são implantados os Planos de Bairro, mas está dentro do escopo do PDE, e como é citado pelos artigos 348 e seguintes como justificativa, e indicados como não estruturante. Dessa maneira, solicitam quatro planos de bairro, no âmbito de cada um dos distritos da Subprefeitura de Pinheiros, sendo: distritos de Pinheiros, Jardim Paulista, Alto de Pinheiros e Itaim Bibi que ainda será confirmado com os Conselheiros de lá.</p> <p>Ressaltou que ainda existem situações que estão analisando, e finaliza elencando resumidamente sua principal questão, se os estudos anteriormente citados - no âmbito das microzonas da ZEUs (art.77), já poderiam ser considerados para entrar na minuta.</p>
---	---	--

7	<p><b>João Moreirão</b> CPM Casa Verde / Cachoeirinha / Limão e CMPU</p>	<p>Inicia levantando questão a respeito dos Núcleos de Planejamento das Subprefeituras, mencionados na apresentação, e afirma que existem apenas no papel, mas que na prática não existem. Diz que a antiga organização de Governo Local era formada por Conselhos, de todos os setores e de todas as Secretarias, e atualmente foi transformado em um único cargo: Coordenador de Governo Local. Por consequência, a Gestão Democrática da cidade se encontra totalmente prejudicada, tendo em vista que dentro dos Conselhos metade de sua composição é do Governo, a outra metade sociedade civil dividida entre estes, mais os representantes de empresas, logo, a sociedade civil já está em minoria. E claro que os projetos das empresas sempre já estão alinhados com a Prefeitura, e assim forma-se um complô. Em caso de qualquer dúvida, claro que a Prefeitura tem direito ao voto de Minerva, ou seja, a prática tem demonstrado, que salvo rarríssimas excessões os Conselhos Gestores são um desastre, que existem apenas para cumprir a lei e legitimar propostas que prejudicam a sociedade. Portanto, a Gestão Democrática da cidade é um item que deve ser priorizado dentro da Revisão do Plano Diretor.</p> <p>Sobre os Planos Regionais e os Planos de Bairro, afirma que não existem nem um e nem outro. E conforme levantado pelos demais Conselheiros, cita retomar os artigos do Plano Diretor anterior sobre Planos de Bairro, já sendo um avanço, pois realmente existia Plano de Bairro.</p> <p>Com relação aos Eixos Estruturantes, entende que tivemos uma deformação da cidade, não porque as empresas descumpriram o PDE, mas sim pelo fato de não estar estabelecido no texto do Plano Diretor as travas necessárias, para que os eixos de estruturação funcionassem corretamente. E a consequência disso, é o que já foi ouvido a respeito da Vila Mariana e de Pinheiros, por exemplo. O grande problema que vemos por tras dos Eixos de Estruturação, que é justamente o de levar as pessoas para o Centro, onde já há infraestrutura. Reflete um abandono ao restante da cidade e um aumento exorbitante no preço do metro quadrado na região central, o que por consequência incentiva o intenso adensamento das periferias - que se encontra em situação precária.</p> <p>Por conseguinte, atender os ojetivos do Plano Diretor de adensar em torno ao eixo é criar um núcleo privilegiado, ou ao menos um centro expandido e o resto da cidade ficar ao abandono completo, pois acabou de ser ouvido o testemunho de Perus, e é possível também dar testemunho sobre a Casa Verde e Cachoeirinha. Sendo assim, é de suma importância que seja revisto.</p>
---	--	---

	<p>Outra questão é com relação à extensão do Plano Diretor, de não se ter muitos artigos. Entende que o PDE precisa ter o número de artigos necessários, tendo em vista que com poucos artigos, não ocasiona um problema muito comum de outros artigos, de dispositivos legais que o regulamentam os instrumentos que o complementam, serem contrários ao que está previsto no PDE, a exemplo da Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, em que a Justiça declarou mais de 40 artigos inconstitucionais. E questiona: ao longo desses anos que estes artigos inconstitucionais foram executados, construindo edificações com parâmetros inconstitucionais, serão demolidos? – Não, mas a cidade, e a sociedade saem prejudicadas.</p> <p>Perante o exposto, posiciona-se não ser contrário a muitos artigos, desde que ele tenha as travas necessárias para que a Gestão Democrática funcione corretamente, bem como, que os Planos Regionais e os Planos de Bairro sejam as bases das alterações. E finaliza afirmando que estas são suas contribuições para a Revisão do Plano Diretor.</p>
--	--

8	<p><b>Prof. Roberto Jorge Regensteiner</b> CPM Sé / Bela Vista</p>	<p>Declara que é eleito pela primeira vez como Conselheiro e que ouvindo os demais colegas Conselheiros, teve a sensação de que uma enorme quantidade de legislação, diversos Conselhos Participativos, muita coisa no papel, mas na prática da cidade existem várias manifestações que refletem que os cidadãos e moradores são atropelados pelas decisões da municipalidade, se referindo especificamente a região do Bixiga / Bela Vista, onde a quantidade desenfreada de construções de edifícios, inclusive na nascente do Rio Saracura em um prazo curtíssimo se ergue um prédio. Cita ainda que possuem uma grota verde, que está sendo comida pelas beiradas, por projetos imobiliários; encostas que estão sendo desmatadas causando evidentes problemas, com desmoronamentos.</p> <p>Finaliza de forma breve questionando como os Conselheiros Participativos devem agir para brejar dessa ocupação desenfreada e desordenada em áreas de mananciais e em áreas verdes e tomar conhecimento desses acontecimentos, antes que aconteçam. Só para exemplificar, fala que na nascente do Rio Saracura no prazo de um ano se ergue um prédio. Se no caso, tivesse mais um pouco de tempo para falar que isso não deveria acontecer, poderiam ter tomado medidas para que isso fosse evitado, pois quando menos se espera as pessoas se deparam com um prédio de 10 (dez) andares. E o que fazer depois disso? Solicitar a demolição de uma coisa dessas? Portanto se identifica muito com a manifestação da colega da Vila Mariana, do João Moreirão e dos demais colegas, que estão querendo saber, como tomar conhecimento de imediato sobre os projetos que estão sendo analisados, para poderem consultar a população, para opinar sobre isso, evitando que desastres futuros aconteçam.</p>
9	<p><b>Raquel Reis Viegas</b> CPM Pinheiros</p>	<p>Reforça o que os demais colegas da região de Pinheiros disseram, afirmando que todos são solidários às reivindicações colocadas sobre o bairro da Vila Mariana, pois eles também têm vivido isso e sabem como é ver a destruição do patrimônio histórico e cultural do bairro afetar negativamente os moradores que habitam ali há mais tempo, além das comodidades com ruído, sujeira, a derrubada de árvores dezenárias e centenárias para a construção de prédios nos lotes, supressão da cobertura vegetal do bairro e outros incontáveis problemas que reduzem a qualidade de vida e a qualidade ambiental da vizinhança.</p> <p>Sobre o Participe+ da Revisão do PDE, pede que sejam apresentados os critérios de seleção das propostas, tendo em vista que no site há uma aba de “Propostas Priorizadas”, a qual ela acredita que</p>



futuramente irá abrigar as propostas priorizadas por SMUL e que para os Conselheiros é importante compreender como é feita essa priorização. Pergunta se há um comitê técnico previsto e publicizado no Diário Oficial e se os critérios de priorização tem relação com o número de propostas semelhantes.

Verificou no site Participe+ um recurso que contabiliza o número de apoios às propostas que são publicadas, e acrescentou que assim como Moreirão viu o grande número de propostas claramente elaboradas pelo setor empresarial, e são as que possuem o maior número de apoios, o que é bem estranho, não sendo possível garantir que sejam apoios por parte da sociedade civil. Citou como exemplo 26 (vinte e seis) apoios a seguinte proposta: “Incentivo para novos usos em áreas com atividade de extração mineral encerrada. (Descrição da proposta: PDE deve incentivar novos usos do solo após encerramento total ou parcial da mineração, trazendo para a Macroárea como MCQUA o objetivo específico de fomentar as atividades econômicas)”.

Deseja deixar transparente também como é considerado esse recurso criado para contabilizar os números de apoios colocados nas propostas. Nesse mesmo sentido, quer saber quais critérios priorizam ou desclassificam alguma proposta.

Com relação aos Planos de Bairro, mencionou o Plano Diretor anterior ao vigente que também previa o incentivo e fomento ao Plano de Bairro, mas diferentemente desse, houve um cuidado em regulamentar as normas complementares que estabeleceriam como seriam feitos e aplicados os Planos de Bairro, e isso foi cancelado com a edição da Lei 13.885/2004. Acredita que muitos dos problemas que estão sendo enfrentados são em virtude da falta dos instrumentos normativos que vão regulamentar a aplicação do PDE.

10	<b>Tamara Capato</b> CPM Vila Mariana	<p>Frizou um problema que estão tendo, que não é recente, mas que irá piorar muito nos próximos anos: questão do ruído, principalmente da poluição aérea dentro do eixo.</p> <p>O agravante dessa situação é uma nova normativa Estadual ou Federal, mas sabidamente não Municipal, que prevê o aumento do tráfego aéreo, com 60 movimentos por hora no Aeroporto de Congonhas, e aumento de 7 milhões de passageiros no também no Aeroporto de Congonhas, o que deverá refletir também no aeroporto do Campo de Marte.</p> <p>Para suprir esta demanda, estão sendo construídas torres de transmissão ao longo do eixo, sem o devido modo de construção, e sem prever a devida proteção sonora aos edifícios pré-existentes, e até onde sabe, não há nenhuma previsão legal, no Plano Diretor, para conter essa poluição sonora, que chega até 140dB em alguns lugares, como na Avenida Paulista e até mesmo na Vila Mariana, com aviões passando a uma distância de 500 a 1000 metros de distância da cobertura das edificações.</p> <p>A exposição dos moradores a este agente nocivo pode levar a perda auditiva gradativa, além de stress e a poluição do ar causada por esta movimentação, que também podem levar essas pessoas a outros problemas de saúde.</p> <p>Finaliza questionando se a Prefeitura está considerando estas rotas aéreas com as rotas terrestres na elaboração do PDE.</p>
----	--	--

11	<p><b>Valter Rufino</b> CPM Capela do Socorro</p>	<p>Questiona como é possível divulgar os Conselhos Municipais aos munícipes e quais são as suas funções dentro da cidade, pois durante sua campanha eleitoral para conselheiro se deparou com o fato de que a maioria das pessoas desconheciam esse cargo e suas funções dentro da municipalidade.</p> <p>Também questiona a respeito de como se dará a priorização dos temas discutidos por meio das propostas no Participe+.</p> <p>Outra dúvida é sobre o site Participe+. Quando vai preencher a proposta na página eletrônica, no campo para preenchimento da Subprefeitura, só aparecem as duas opções Vila Mariana ou Santana/Tucuruvi. E pergunta se esta seria a prioridade.</p> <p>Menciona que no dia da posse do Conselho, realizado no Teatro Municipal, o Prefeito mencionou sobre o empoderamento dos Conselheiros. Nesse sentido, ressalta que acredita que isso se dará por meio da melhoria das comunicações da Prefeitura, das Subprefeituras, a respeito da existência dos Conselhos, o que são e, inclusive a respeito dos acontecimentos de eventos, de serviços públicos e tudo mais que acontece na cidade de São Paulo.</p>
12	<p><b>Luciana Gomes Farias</b> CPM Lapa</p>	<p>Fala ser a primeira vez que é eleita como Conselheira e que quer auxiliar no que for possível para a melhoria da cidade. Está disposta a aprender tudo o que for necessário para realizar isso, se colocando a disposição.</p>
13	<p><b>Eduardo José</b> CPM Guaianases</p>	<p>Agradece a oportunidade aberta pelo Prefeito para a participação deste Conselho junto às decisões da cidade, incluindo os interesses dos estrangeiros na política da cidade.</p> <p>Neste sentido, diz que a Região da Zona Leste é a que mais acolhe os imigrantes, mas que dentro dessa localidade não existe nenhum Posto de Atendimento aos Imigrantes, e nem escolas para as crianças que ensinem a língua portuguesa, uma vez que não falam em português.</p> <p>E por fim, questiona se é possível a criação de alguma identificação para os Conselheiros da cidade, pois facilitaria a sua circulação na cidade e quando fosse solicitar/divulgar informações as munícipes.</p>

14	<b>Aparecido Duarte</b> CPM Lapa	<p>Informa que uma das principais reclamações que tem ouvido é sobre a falta de fiscalização por meio da Prefeitura, o que gera muitos problemas, haja vista a quantidade de invasões que acontecem no município. Dentro delas a recente invasão que aconteceu no Pico do Jaraguá - já contida, mas que iniciaram as construções de dentro da área verde, empurrando sua área de expansão para fora. Reforça que situações como esta, entre outras citadas ao longo dessa reunião, ocorrem por falta de fiscalização.</p> <p>Entende que esse resultado se dá em virtude de haver profissionais que não estão exercendo o seu trabalho dentro da Subprefeitura que trabalham.</p> <p>Além do exemplo do Pico do Jaraguá, também existe toda a região ao redor da represa que está sendo invadida e ninguém está fazendo nada para remover essas invasões. Pelo contrário, vê Deputados indo até a localidade fazer força aos movimentos de invasão, e questiona a força da municipalidade para impedir esse tipo de situação.</p> <p>Questiona ainda como um lugar que é todo construído de forma precária e irregular, após determinado período é pavimentado, recebe escolas, postos de saúde, instalação de luz elétrica e até CEP passa a existir sem um planejamento. Pergunta como São Paulo vai administrar e gerir uma região assim.</p> <p>Acredita que o que está sendo feito nesta reunião é “chover no molhado”, pois se esta estrutura não for resolvida, novas invasões surgirão.</p> <p>Recorda de quando saiu a estação ali em Pinheiros, era possível transitar ali de forma tranquila, mas que hoje, no período da manhã, não é possível entrar no trem de tão lotado. Portanto o problema de mobilidade e transporte é a falta de dimensionamento do crescimento, o que deixa claro que o problema está em não saberem dimensionar esse crescimento.</p> <p>Isso acarreta no acúmulo de inúmeros problemas que não poderão ser resolvidos sem a devida fiscalização e planejamento da cidade.</p>
----	-------------------------------------	--

		<p>O Plano Diretor foi elaborado em 2014, com vigência até 2029. Até lá, a cada dois anos essa realidade muda bruscamente. Pergunta como acompanhar a atualização dessa demanda de veículos transitando e a quantidade de pessoas entrando e saindo de São Paulo.</p> <p>Finaliza reforçando seu questionamento sobre como a Prefeitura fiscaliza e acompanha esse crescimento, além de perguntar quem fiscaliza e faz esse tipo de regularização.</p>
15	<p><b>Maria Helena Bento Romaris Spaziani</b> CPM Casa Verde / Cachoeirinha / Limão</p>	<p>Fala sobre quatro pontos de barulho noturno que possuem no bairro: o Anhembi, o Campo de Marte, o Clube Espéria e o Estádio da Portuguesa, que quando fazem shows emitem ruídos a quilômetros de distância. Os moradores já estão com ações no Ministério Público, participaram de audiências com Vereadores, mas até hoje não tiveram solução alguma. Sendo assim questiona se de alguma forma o Plano Diretor pode ajudar os moradores nessa questão.</p>

16	<b>Wellyene Gomes Bravo</b> CPM Campo Limpo	<p>Apresenta proposta relacionada ao Processo Participativo. Refere-se a uma Lei de 13.399/2002 que criou as Subprefeituras com o objetivo de melhorar a administração da cidade. Ocorre que desde sua criação acompanha um desaparecimento técnico das Subprefeituras, o que vem prejudicando os processos participativos da sociedade civil e da prestação de serviços de maneira geral.</p> <p>Faz menção ao artigo 324 do PDE, o qual estabelece que as Subprefeituras precisam participar ativamente e de forma permanente do processo de planejamento, supervisionando a execução das disposições do Plano Diretor Estratégico, no seu respectivo Plano Regional, os quais foram elaborados por Macroregião em 2016.</p> <p>Esses Planos Regionais são divididos em diversos planos de ação, para poder fazer a implementação desses Planos Regionais, definindo os perímetros de atuação para efetivar os objetivos e diretrizes do Plano Diretor Estratégico.</p> <p>Solicita orientação no sentido de como efetivar - de fato, essa descentralização do planejamento da cidade e o acompanhamento por parte dos Conselhos Participativos, pois o §2º do art. 324 diz que deverá ser realizadas reuniões no mínimo, uma vez ao ano, para acompanhar a implementação do Plano Diretor, do Plano Regional e dos demais Instrumentos Urbanísticos. Entretanto isso não vem acontecendo, pois o poder público deixa isso muito solto. Propõe então o cumprimento desse art. 324 do PDE por parte do Poder Público a fim de se efetivar a Gestão Democrática da Cidade.</p> <p>Destaca o fato de que é muito ruim ter um núcleo regional criado em 2014 por um Governo e, a medida do Governo seguinte (instituído em 2017) simplesmente desconstituir esses Núcleos Regionais que tinham uma composição intersecretarial que dava condição da sociedade civil acompanhar o planejamento do território. Portanto o Decreto 57.802/2017 desconstituiu o Núcleo Regional criado, que era o Conselho de Planejamento e Orçamento Participativo.</p> <p>Finaliza pedindo orientação de como podem elaborar a proposta nesse sentido, pois já estão fazendo estudos neste sentido para Revisão do Plano Diretor Estratégico, uma vez que estão com um Conselho novo e precisam orientações para fazer o alinhamento desse planejamento da cidade.</p>
----	--	---

17	<b>Elodia Fatima Filippini</b> CPM Sapopemba	<p>Fala a respeito do tema de habitação, que foi tratado na reunião da segunda-feira anterior a esta com o pessoal de Sapopemba. Foi discutido a respeito da Carência de Habitação Social destinadas para pessoas de baixa renda, o que gerou uma grande reivindicação por mais investimentos e produção destinados à HIS, regularização fundiária e maior celeridade na conclusão das obras de moradia. Além disso, durante o encontro também falaram a respeito dos imóveis abandonados, e sugeriram a destinação desses imóveis para a moradia ou assistência social.</p> <p>Outro ponto discutido foi a UPA do Jardim Grimaldi, que até o momento o projeto não foi concluído, mesmo possuindo verba destinada e aprovada pelo BID.</p> <p>Com relação a mobilidade urbana, solicitaram a melhoria do sistema viário da região, com a abertura de vias, interligação de linhas de ônibus e instalações do metrô, melhoria da acessibilidade e reforma das calçadas.</p> <p>Para o meio ambiente, reclamaram da falta de parques e áreas verdes, e também da falta de canalização de córregos. Indicaram que na região também há locais com risco de desmoronamento, além dos problemas na Fazenda da Juta.</p> <p>Finaliza esperando que a Prefeitura de São Paulo - nessa Revisão do PDE, dê mais atenção a esta população tão carente, que está precisando de emprego, mobilidade, tendo em vista que Sapopemba é uma região dormitório, pois a maioria da pessoas se deslocam dali todos os dias para ir trabalhar na Cidade Jardim, consumindo três horas diárias para se deslocarem nesse movimento pendular entre moradia e trabalho.</p>
----	---	---

18	<b>Leila da Silva Ribeiro Uzum</b> CPM Itaquera	<p>Evidencia uma situação que teve notícia, há pouco tempo, a respeito de uma área próxima a sua região que nela estava previsto (dentro do PDE) a construção de um bolsão de ônibus com área verde, que no entendimento dos moradores da região deve ser preservado, mas que de repente foram surpreendidos com um pátio de compostagem, sendo que em seu entorno há inúmeras residências, escolas e comércios de alimento.</p> <p>Entende que a usina de compostagem de alimento atende as PNRS, entretanto ela foi jogada em um local sem ao menos uma visitação. A instalação de um equipamento desses gera mau cheiro, infestação de animais e prejuízo ao desenvolvimento econômico e visual, além do próprio planejamento do bairro, que não foi cumprido pela própria responsável pelo loteamento da região, o que já contribuiu para a criação de vários problemas que precisam ser resolvidos.</p> <p>Logo, questiona como ela pode ter acesso ao Plano Regional para que possam dar efetividade a ele e para que não haja um conflito de projetos para o mesmo local.</p>
19	<b>Fabio Maia</b> CPM Campo Limpo	<p>Inicia explicando a razão de sua proposta, no sentido de levar trabalho para próximo as residências da periferia. Nesse sentido, a fim de incentivar que as empresas se transfiram das áreas mais estruturadas, como a Faria Lima, e se instalem na região do Campo Limpo, por exemplo, onde o único transporte público fornecido na localidade são os ônibus, e as vias são mais estreitas em comparação a Faria Lima, acredita que a alíquota do tributo municipal de ISS, deva ser reduzido em comparação as outras localidades, em vista da região não dispor de tanta infraestrutura, assim como ocorre com o IPTU, que em virtude da localidade em que o imóvel se encontra seu valor venal é reduzido, o que reflete no valor final cobrado de IPTU.</p>



20	<p><b>Silvana Perassoli Ayroza Galvão Ribeiro</b> CPM Vila Mariana</p>	<p>Inicia reiterando as falas dos demais colegas a respeito do adensamento, do índice elevado de ruído por conta do tráfego aéreo, além da falta de respeito com o meio ambiente.</p> <p>Nesse último apontamento, questiona o porquê a população não é envolvida no processo de quando é feita a concessão de um parque ou área pública por parte da Prefeitura. Traz como exemplo o Parque do Ibirapuera que vem sendo afetado pela poluição sonora, o que reflete nas áreas verdes do entorno, como esta acontecendo com a Praça Curitiba, que se estende desde a Rua Abílio Soares até a Av. 23 de Maio. Afirma que não se vê mais todos as espécies de pássaros e fauna que se observava antes, como pica-pau, o beija-flor, o sabia, que não aparecem mais mesmo que ali tenha alimento para todos eles. Sendo assim perguntou quem elaborou o laudo de impacto ambiental e se podem ter acesso a esse documento para verificação.</p> <p>Menciona a questão de geração de emprego, como mencionado pelo Fábio Maia. Também acredita ser interesse levar o trabalho mais próximo às periferias, como por exemplo, empresas de telemarketing, pois este movimento geraria maior renda para a população periférica.</p> <p>Com relação à construção de Habitações de Interesse Social (HIS), viu o levantamento de custos de uma ONG que possui incentivo da Prefeitura de São Paulo, para proporcionar abrigo para pessoas em situação de rua. Os custos são de R\$ 900 mil por mês, sendo pago R\$4 mil reais por diário para uma pessoa ou família. E afirma que é necessário um posicionamento da Prefeitura no sentido de ou pagar alugueis ou construir mais habitações, pois financiar algo assim não faz sentido.</p>
21	<p><b>Osmar Lemes dos Santos</b> CPM Vila Prudente</p>	<p>Afirma que suas contribuições talvez possam entrar em conflito com o Plano Diretor Estratégico, no sentido de salvar áreas verdes, dentre elas o Parque Verde do São Lucas, antiga Fábrica das Linhas Correntes, que possui 80.000m<sup>2</sup> (oitenta mil metros quadrados), tendo em vista que os outros 80.000m<sup>2</sup> foram desapropriados para a construção do monotrilho, ou seja, quase foi perdida uma área de 160.000m<sup>2</sup> (cento e sessenta mil metros quadrados), mas que ainda pode ser salva metade dessa área que ainda possui nascente e vegetação nativa.</p> <p>Referente ao adensamento, especialmente da região da Vila Prudente e Bairro São Lucas onde reside, indicando o grande problema que vem se enfrentando com relação aos correjos, a explo do Córrego</p>

		<p>da Mooca e do Oratório, apontando que o Poder Público precisa participar com mais eficácia. Finaliza com a proposta para que todas as ruas da cidade sejam arborizadas. Ressalta o fato das ilhas de calor que se concentram na cidade na época do verão, justamente pela falta de vegetação.</p>
22	<p><b>Regina de Souza Chrisostomo</b> CPM Casa Verde / Cachoeirinha / Limão</p>	<p>Inicia informando que recentemente passou a fazer parte do Conselho e faz questão de destacar, que há 52 anos pertence ao Bairro que mora, é professora, e só há pouco tempo ficou sabendo da existência dos Conselhos da cidade, e foi com empenho próprio, estudando que conseguiu compreender como eles funcionam, até poder ter a oportunidade de ser membro do CPM. Ainda sim, destaca a falta de divulgação da existência de Conselhos, e o desconhecimento por grande parte da população, inclusive de ONGs, a este respeito.</p> <p>Além disso, fala a respeito da acessibilidade em seu bairro, aonde há muitas ruas íngremes, mal asfaltadas, com muitos buracos, inclusive, que na região possui 60 demandas de pessoas deficientes, cadeirantes e até mesmo acamadas. Em virtude disso, foi feita solicitação na Prefeitura para intervenções nesse sentido, mas não foram atendidas, e ainda sim os pedidos foram finalizados. Acontece que caso alguém se acidente, em virtude da situação precária, nem ambulâncias conseguem ter acesso ali.</p> <p>Outro ponto que traz destaque é a respeito de um terreno ao lado de sua casa que foi invadido e completamente desmatado, não restando mais nenhuma árvore ou espécie vegetativa. Transformaram esse terreno em um depósito de lixo clandestino. Como resultado, está havendo uma impestação de ratos nas casas ao redor. Inclusive destaca, que ali ficam pessoas em situação de rua, e por conta de estar ao lado de sua casa, ela acabou desenvolvendo uma tuberculose por contágio pelo contato com um dos homens que dormem ali, e não recebem a devida assistência por parte da municipalidade. Em vista de todo esse cenário, novamente entrou com um pedido junto a Prefeitura solicitando uma intervenção e mais uma vez não foi atendido, com a justificativa que existem lixeiras nas proximidades.</p> <p>Informa que encaminhou na área de propostas um resumo de tudo o que ela falou durante essa reunião.</p>

23	<b>José Vianes da Silva</b> CPM M'Boi Mirim	Questiona se pode levar a sua proposta direto à Subprefeitura.
24	<b>Wellyene Gomes Bravo</b> CPM do Campo Limpo	<p>Reforça a necessidade de se aproveitar esse momento de revisão para que, especificamente a parte que trata sobre Gestão Democrática, seja mais consolidada, de forma que fique mais clara e objetiva a participação popular, e que conta com a experiência de Planurb para este trabalho. Pede que tudo o que não foi implementado até o momento seja viabilizado e que aconteça, tendo em vista o que é posto no PDE é uma Política de Estado e não uma Política de Governo. Por esta razão não pode haver alterações apenas pela mundaça da gestão com a troca de mandatos.</p> <p>Por fim questiona como - de forma objetiva, podem fazer uma proposta neste sentido.</p>